



GEPAD EM QUARENTENA – NÚMERO 30

A (DES)GOVERNANÇA DOS SISTEMAS ALIMENTARES: VELHOS PROBLEMAS SE SOMAM A NOVAS CRISES DURANTE A PANDEMIA

Marcio Gazolla – Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD). E-mail: marciogazolla@utfpr.edu.br

Os sistemas alimentares (SAs) são subsistemas que a sociedade construiu historicamente para manter suas provisões alimentares, como em outras áreas constituiu outros sistemas como o político, econômico, das tecnologias. O SA pode ser definido como um misto de elementos sociais e tecnológicos que fazem os alimentos circularem desde os processos de produção até os consumidores finais, ele engloba todas as atividades de produção, distribuição e consumo final, perpassando pelas regulações do Estado (ERICKSEN, 2007). Sua governança são as diferentes estratégias que os atores sociais colocam em prática, para fazer valer seus projetos, em articulação com o Estado e em permanente tensionamento das relações sociais e de poder estabelecidas. Teoricamente, uma boa governança deveria envolver democracia e participação, mas nem sempre ocorre desta forma (DIAZ-MENDEZ; LOZANO-CABEDO, 2019).

A primeira pergunta que surge quando se fala em governança é indagar como é operacionalizada? Alguns autores afirmam ser a governança do SA atribuição dos governos nacionais; outros, da parte alternativa do mesmo (como nas discussões sobre as redes e cadeias alimentares alternativas) e; há ainda, os que dizem que a governança é realizada pelos chamados impérios alimentares (grandes empresas, corporações, varejos, bolsas de *commodities*). No fundo, o correto é atribuir a governança a todos estes atores ora mencionados, já que a mesma é um misto do público, privado e das corporações, embora, ultimamente, os atores hegemônicos têm ganhado mais espaço nos mercados, aumentando sua participação em escala global na economia alimentar das nações e regiões, alongando as cadeias de distribuição e transformando a alimentação profundamente, em uma direção industrial (PLOEG, 2008).

E qual o impacto do SA possuir este tipo de governança? A resposta mais correta é a existência de crises históricas e constantes (LANG, 2010). Porém, esta é uma resposta muito genérica. Precisa-se indagar, em que consiste estas crises? Suas principais características destacam-se nas seguintes dimensões: a) A existência de uma governança pouco ágil e participativa para gerir as crises, além de concentrar o poder econômico e de decisão política em poucos atores; b) A excessiva industrialização dos alimentos pelas empresas do setor em conjunto com a existência de uma agricultura modernizada (baseada na química); c) Surto de doenças alimentares não controláveis, que afetam os consumidores, em preços e sanidade; d) Alongamento das cadeias de distribuição alimentar, gerando aumento dos custos sociais, ambientais e econômicos; e) Pouca ou nenhuma preocupação com a sustentabilidade, tão importante paradigma nos dias atuais, basta ver o programa Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), no qual seis dos seus dezesseis ODS possuem relação com a alimentação; f) Existência de um contraditório mosaico alimentar: situações de superprodução, obesidade e desperdícios convivem com a subnutrição e a fome em todo o globo.

E no momento atual, com a pandemia de Corona vírus, o que tem acontecido com a governança do SA? Objetivamente, a estes velhos problemas conhecidos e mencionados no parágrafo anterior, adicionam-se novos, que desestruturam ainda mais uma governança já precarizada. Vamos ao exame deles, pontualmente: Em primeiro lugar, a governança que em condições de normalidade não é rápida e participativa para resolver as crises, com o COVID e o isolamento social, está totalmente fragmentada, sendo que não há interlocução entre as diferentes áreas e atores. Também não tem-se uma `coordenação` que se incumbisse de chamar os atores ao diálogo e para resolução prática dos problemas, vide, por exemplo, a falta de habilidade para tratar do assunto pelo Estado brasileiro. Segundo e, que ocorre em razão do primeiro, atores dominantes, por exemplo, redes varejistas que possuem grande poder econômico, têm se aproveitado para aumentar preços de alimentos ofertados aos consumidores, alargando suas margens de lucro. Terceiro, em algumas regiões já ocorre desabastecimento, em função da logística de transportes estar parada, atuando parcialmente ou não conseguindo agir devido a restrições institucionais impostas para conter a pandemia.

Quarto ponto, está ocorrendo falecimento econômico dos pequenos negócios e empregos ao longo do SA, por exemplo, restaurantes e pequenos supermercados de bairros, que possuem seu funcionamento totalmente interrompido pelas regulações do Estado ou por que perderam seus clientes em

função dos mesmos estarem em casa. Quinto, as perdas que já eram estimadas em 40% dos alimentos ao longo dos SAs, agora, estão mais elevadas. Por exemplo, no chamado `cinturão verde` paulista estima-se que mais de 80% dos alimentos não estão conseguindo sair da agricultura para serem escoados até seus mercados corriqueiros (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020). Nos EUA também há evidências de que está ocorrendo o mesmo. E, por último e talvez o mais grave, mundo afora as instituições internacionais de ajuda humanitária e alimentar, ressaltam o aprofundamento das situações de vulnerabilidade social entre as populações mais fragilizadas (aumento da pobreza, fome e desemprego).

Frente a estes problemas também surge outra pergunta: o que poderia ser feito agora ou depois da crise do COVID, para melhorar esta governança errática do SA? Diria que algumas ações seriam fundamentais, como: a) Melhor divisão do poder econômico e político decisório entre os diferentes atores que compõem o SAs. Os Estados nacionais poderiam desenvolver regulações que freassem o crescimento dos impérios alimentos nos seus mercados domésticos e a Organização Mundial do Comércio (OMC), em nível internacional; b) Empoderamento e formação de senso crítico nos consumidores, que são a maior parcela da população que compõe o SA, para que em suas decisões de compra e investimentos de recursos não as direcione a setores oligopólicos e espoliadores; c) Fortalecimento das experiências que fornecem alimentação saudável e sustentável com formato de cadeias curtas (aproximam os agricultores familiares dos consumidores e, vice-versa) como forma de contrapor as lógicas de industrialização da alimentação, mercados longínquos e governança globalizada do SA;

Ainda seria necessário avançar em: d) Criar soluções regulativas e tecnológicas que possibilitem menores perdas de alimentos e que estes possam ser carreados ou doados as populações vulneráveis. Por exemplo, as sobras de comidas de restaurantes que a legislação atual estabelece que seja jogada fora, poderia ser doada ou comercializada a preços mais acessíveis a população; e) Construir políticas públicas inovadoras que ajam na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), geração de emprego e renda mínima junto as populações mais fragilizadas. Além disso, seria importante estas políticas serem desenhadas de forma a considerar as interfaces importantes existentes entre alimentação, saúde e meio ambiente em sua operacionalização; f) Por fim, acho que vale a pena insistir em educação alimentar da população e nas escolas. Este foi o grande equívoco do Programa Fome Zero, que conseguiu acabar com a fome das pessoas, mas tornou-as obesas, atingindo os elevados percentuais de obesidade e sobre peso atuais, em torno de 68% de aumento na última década (BRASIL, 2020). Há necessidade de imprimir as dietas saudáveis e sustentáveis junto a população, de forma urgente.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional**. Disponível em: < <https://aps.saude.gov.br/ape/vigilanciaalimentar/sisvan> >. Acesso em: abr. 2020.
- DIAZ-MENDEZ, C.; LOZANO-CABEDO, C. Food governance and healthy diet an analysis of the conflicting relationships among the actors of the agri-food system. **Trends in Food & Technology**. 2019.
- ERICKSEN, P. J. Conceptualizing food systems for global environmental change research. **Global Environmental Change**. 12p., 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Produtor rural destrói toneladas de alimentos no cinturão verde de São Paulo.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/produtor-rural-destroi-toneladas-de-alimentos-no-cinturao-verde-de-sao-paulo.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb>. Acesso em: abr. 2020

LANG, T. Crisis? What crisis? The normality of the current food crisis. **Journal of Agrarian Change**. Vol. 10, No. 1, 2010, pp. 87–97.

PLOEG, van der J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: UFRGS. 2008, 372p. (Série Estudos Rurais).